

Relativas de genitivo no Português Europeu e no Português de Moçambique

Ana Maria Brito

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Centro de Linguística da Universidade do Porto

Introdução: objectivo e plano do texto

Nas produções orais e escritas em Português de falantes moçambicanos é possível encontrar diversos tipos de desvios à norma europeia do Português no que diz respeito à forma das orações relativas. Alguns desses desvios têm sido estudados (Diniz 1986, Chimbutane 1995 e 1998). Outros tipos, porém, embora referenciados (Diniz 1986, Gonçalves & Stroud 1998), têm sido pouco analisados, o das relativas de genitivo e o das relativas sem valor genitivo mas que usam *cujo*.

O objectivo deste texto é o de confrontar as diversas formas de relativas de genitivo em Português Europeu (PE) e em Português de Moçambique (PM). Mostraremos que no PM há uma hesitação constante entre o estatuto de núcleo e de projecção máxima de *cujo*, enquanto no PE *cujo* é sempre núcleo; veremos também que a estratégia resumptiva que caracteriza grande número de relativas em PM condiciona igualmente algumas relativas de genitivo.

O plano do texto é o seguinte: em 1. far-se-á uma breve apresentação de relativas desviantes de *cujo* e de relativas de genitivo em PM; em 2. reanalisaremos as relativas de genitivo em PE à luz da hipótese SDET e do Programa Minimalista; em 3. analisaremos as relativas desviantes do PM à luz dos princípios gramaticais expostos e em 4. apresentaremos algumas breves conclusões.

1. Alguns usos desviantes de orações de *cujo* e de relativas com valor genitivo no PM

Quer no corpus do *Panorama do Português Oral do Maputo (PPOM)* quer em jornais foi possível recolher enunciados que contêm relativas de genitivo não canónicas ou que usam a forma *cujo* sem valor de genitivo. Tais produções exibem vários graus de “desvio”, sendo óbvio que são produzidas por diferentes tipos de falantes ou pelos mesmos falantes em condições enunciativas distintas.¹

¹ Como afirmam Gonçalves & Siteo 1998 “o Português varia ao longo de um continuum, que inclui desde o registo mais afastado do Português europeu padrão – em que são mais evidentes e numerosas as diferenças relativamente a essa norma – até um registo mais formal, muito próximo do Português europeu padrão.” (p. 10)

Esses exemplos podem ser agrupados em quatro grupos:

I – Relativas de *cujo* e o determinante demonstrativo *esse*:

- (1) Nós temos que dar aquele lugar a uma pessoa cuja essa pessoa enquanto a tua mulher estiver viva não pode ocupar (= ...a uma pessoa que não pode ocupar o lugar enquanto a tua mulher estiver viva) (*PPOM*, vol. III, pp. 102-103).
- (2) Uma proposta por escrito cuja essa proposta estava muito bem açucarada (= ... uma proposta por escrito que / a qual...) (*idem*)
- (3) Uma agência Isotopic cuja essa agência para ser o director assistiu uma passagem do filme (= uma agência na qual para ser director...) (*idem*)

II – Relativas com *cujo* e o determinante possessivo *seu*:

- (4) O baixo preço praticado (...) levou à desistência massiva de agricultores do sector familiar na produção do chamado *ouro branco*, cujo seu envolvimento estava já a ganhar ímpeto. (texto de jornalista, *Notícias*, 19.5.2000)

III – Relativas de *cujo* e artigo definido:

- (5) Lemos um texto cujo o conteúdo era o seguinte.
- (6) As crianças cujas as consequências são amargas... (Textos de estudantes de 11^a classe)

IV – Relativas com valor de genitivo, sem *cujo*, mas com um *que* e um pronome pessoal, de interpretação anafórica:

- (7) os carros que eu conheço os nomes deles são... (Diniz 1986, p. 2 do anexo III)
- (8) os meios de transporte que eu vi os nomes deles são...(idem, p. 3).

Evidentemente, ao lado destes dados, sobretudo no caso de textos escritos, há exemplos bem formados de relativas de *cujo*, como em (9):

- (9) O troço Chissano-Chibuto, religiosamente falando, é uma autêntica via sacra, rumo ao Calvário, a que qualquer automobilista está submetido, cujo algoz é a Empresa de Construção e Manutenção de Estradas e Pontes. (carta ao Director, *Notícias*, 19.5.2000)

As questões que estes exemplos colocam são as seguintes:

- (i) De que modo as construções apresentadas se aproximam de outras tendências na produção das relativas do PM, já estudadas na bibliografia relevante?
- (ii) Revelarão as construções desviantes algum tipo de regularidade, algum

tipo de sistematicidade?

(iii) De que modo estas construções mostram a aplicação de princípios gramaticais gerais?

(iv) Que relação haverá entre estes processos de relativização e o estatuto de L2 que o Português tem para cerca de 25% da população moçambicana que tem como língua materna uma língua do grupo bantu?

2. As relativas de genitivo em PE à luz da hipótese SDET e do Programa Minimalista

Antes de responder a estas perguntas e de analisar os exemplos de relativas desviantes do PM, é importante rever os aspectos sintácticos que caracterizam as relativas de genitivo, à luz da análise SDET e de alguns princípios do Programa Minimalista.

Como se sabe, são três as formas canónicas de relativas de genitivo do PE, que estão exemplificadas em (10):²

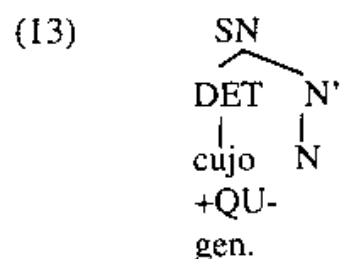
(10) A revista cujo editorial tu copiaste é muito cara.

(11) A revista da qual tu copiaste o editorial é muito cara.

(12) A revista o editorial da qual tu copiaste é muito cara. (Brito 1991, p. 103)

Começemos por analisar as relativas de *cujo* N.

No quadro do tratamento clássico do SN, concebia-se que o constituinte relativizado que contém *cujo* tinha a forma descrita em (13):

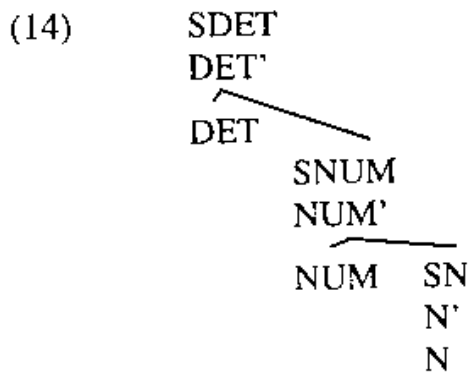


Para justificar o estatuto de operador do SN, era necessário postular um mecanismo de concordância ESP-núcleo e um mecanismo de percolação de traços, pelo qual o traço de operador descrito como [+QU-] sobe para a projecção máxima SN (Brito 1991, cap. 3).

Embora esta ideia seja adequada, no quadro da "hipótese SDET" (Abney 1987) e aceitando que as relações temáticas estão associadas a posições argumentais na parte lexical das categorias, a estrutura (13) pode ser repensada.

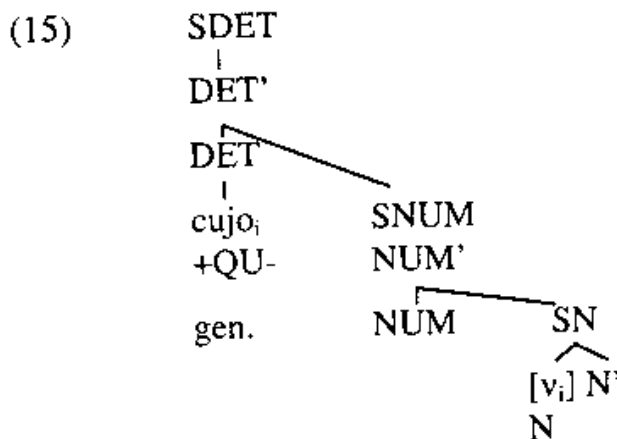
² Refira-se que, embora os falantes da norma europeia conheçam estas formas de relativas de genitivo, elas são difíceis de produzir e de processar. Isso explica algumas hesitações e o uso de estratégias de relativização para evitar o uso de *cujo*.

Suponhamos que a categoria SDET tem uma estrutura como a seguinte (Ritter 1990, Brito 1993):



É em SN que se devem projectar os constituintes capazes de receber uma relação temática; deste modo, *cujo*, que está associado à interpretação possessiva,³ poderá ser projectado numa posição no interior de SN e ser movido para a parte funcional da construção.

Nesta medida, *cujo* é um núcleo projectado em Esp de SN e é movido para a posição de núcleo de SDET; tendo caso genitivo inerente⁴, a motivação do movimento está relacionada não com o caso mas com a sua forma fraca, movendo-se para tornar visível o papel temático.⁵ *Cujo* tem, além disso, um traço [+QU-] e uma vez na posição de núcleo do sintagma, como determinante portanto, transmite à projecção SDET o seu traço de operador:



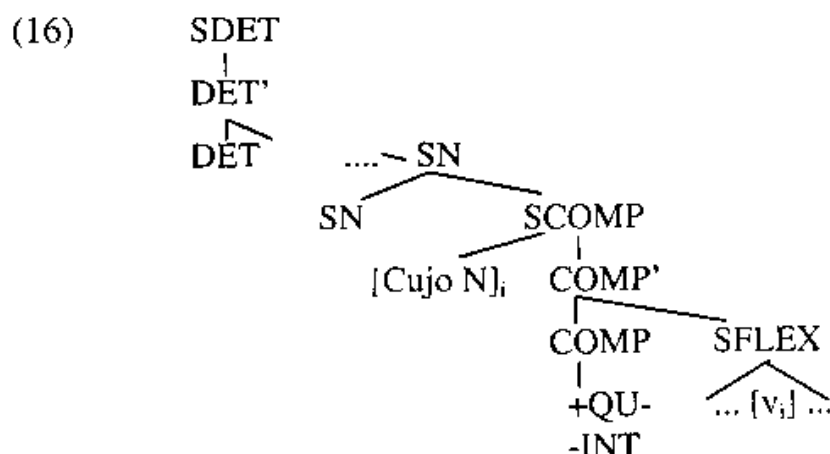
³ As relações semânticas expressas por *cujo* correspondem em geral aos valores possessivos expressos por *seu* e pelos complementos nominais genitivos; no entanto, são incompatíveis com a construção de *cujo* as construções partitivas (*o leite cujo litro..., *o leite cuja porção..., *as pessoas cuja maioria...), os denominativos (*Lisboa cuja cidade... / a cidade de Lisboa), entre outras. (Sobre idênticas restrições em Espanhol ver Brucart 1999, p. 505).

⁴ *Cujo* é oriundo da forma latina *cuius*, genitivo singular do pronome relativo *qui, quae, quod*.

⁵ Cf. Garcia 1994 sobre *cujo* em Espanhol; e Cardinaletti e Starke 1994 sobre a distinção entre formas fortes, fracas e clíticas dos pronomes.

O SDET que contém *cujo*+N é projectado no interior de uma oração relativa numa determinada posição (no exemplo (10) é OBJ de *copiar*). Dada a presença em COMP de um traço [+QU-] forte, opera em Sintaxe explícita o movimento Q. Como o domínio de verificação desse traço é local, devendo dar-se entre Esp e núcleo, o movimento opera para a posição de Esp de SCOMP.

Aceitando aqui, sem grande discussão, uma análise das relativas restritivas como adjuntos à direita da categoria SN, será então a seguinte a estrutura parcial de um exemplo como (10), sendo *cujo N* analisado como em (15):



O movimento Q dá origem a uma relação operador-variável, típica das construções QU- (relativas, interrogativas).⁶

A coindexação antecedente – relativo *cujo* assegura a interpretação anafórica, sendo aqui irrelevante se ela opera por Ligação Relativa, como proposto em Safir 1986 ou por Regra de Predicação (Chomsky 1977, Chomsky 1982, Brito 1991).⁷ Além disso, estabelece-se uma relação semântica de posse ou de todo-parte entre o nome do antecedente e o nome da expressão nominal relativizada.

Estes mecanismos são descritos de forma simplificada em (17):

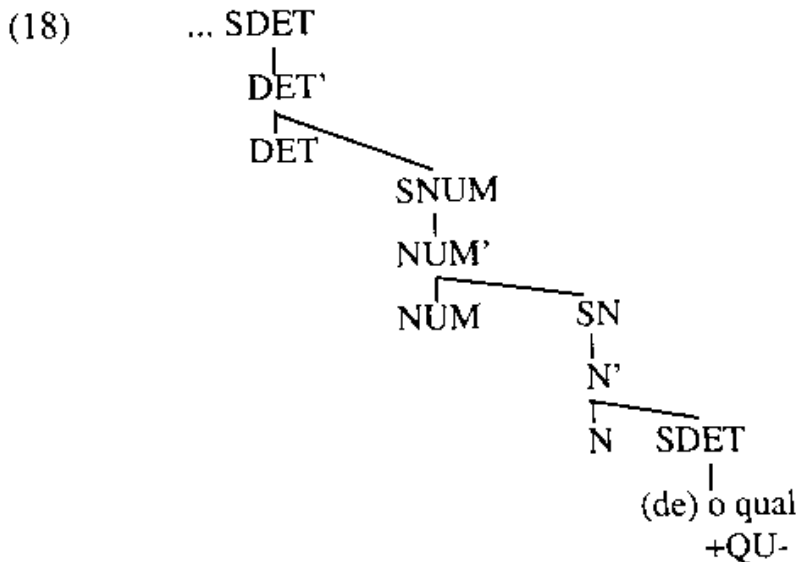
(17) [[a revista_i] [[cujo_i editorial]; tu copiaste [v_j]]....]

À parte a construção de *cujo*, há em PE outras estratégias de formação de relativas de genitivo, com “Pied Piping de SPREP” e “Pied Piping de SDET” e que estão exemplificadas em (11) e (12).

⁶ Ver Chomsky 1981, 1982, Brito 1991 para o Português, Safir 1986.

⁷ A Ligação Relativa para Safir 1986 exige localidade: “Se x é localmente R-ligado, então x é o elemento estruturalmente mais elevado na posição de Esp de SCOMP” (p. 678), o que acontece com *cujo* (em (10)) e com *do qual* (em (11)). Como veremos adiante, na construção (12) com “Pied Piping” de SN, isso não se passa exactamente, o que permite explicar que essa construção seja menos natural do que as construções de *cujo* e *do qual*, mas não é de modo nenhum agramatical. Isto faz pensar numa explicação do tipo da que é dada em Teoria da Optimidade, onde há hierarquia de restrições ou de princípios: a Condição de Localidade da Ligação Relativa é hierarquicamente mais baixa do que a Ligação Relativa ou a Regra de Predicação; por isso, as construções de *cujo* e *do qual* são “óptimas” mas a outra é também aceitável, embora viole a Condição de Localidade.

Em (11) e (12), diferentemente da primeira construção, o morfema QU- não é projectado como *cujo* na posição de Esp de SN mas como complemento de N, com a forma *do qual* (com *de* a exprimir o genitivo):



Uma vez que não é uma forma fraca nada há que justifique o movimento de *do qual* no interior de SDET. Mas *do qual* tem o traço [+QU-]; por essa razão, em Brito 1991, invocava-se a noção de Kayne 1984 de “projecção-r” para dar conta do facto de que mesmo um traço [+QU-] numa posição de complemento regido é percolável até à máxima projecção do núcleo que selecciona tal complemento.

Como alternativas possíveis a este mecanismo pode pensar-se nas noções de “projecção semântica” de Abney 1987 ou de “projecção estendida” de Grimshaw 1991.

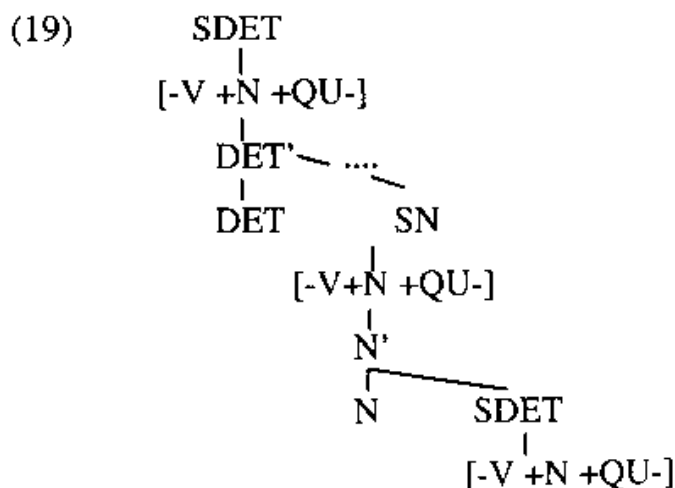
Em Abney, propõe-se a noção de projecção semântica, pela qual os traços semânticos de uma dada categoria lexical se projectam até à projecção máxima da categoria funcional que selecciona a categoria lexical em causa; assim, por exemplo, F (IP) é a projecção semântica de V, SDET é projecção semântica de N; embora esta noção seja sedutora ela diz respeito mais a traços de natureza lexical e temática.

De acordo com Grimshaw 1991, a noção de projecção estendida envolve uma extensão da noção de projecção. Em SDET, por exemplo, D e N têm os mesmos traços categoriais (são [-V+N]) embora sejam distintos quanto à natureza funcional / lexical; D, é, além disso, uma categoria funcional para N, isto é, relacionada necessariamente com N. Neste sentido, é possível definir dois tipos de projecção: projecção não estendida, isto é, projecção de núcleo perfeito (N é núcleo perfeito apenas para N' e SN) e projecção estendida: SDET e DET' são projecções estendidas para N, porque todas as categorias envolvidas, mesmo nos seus níveis intermédios, partilham todos os traços categoriais [-V+N].

Suponhamos que o traço [+QU-], não sendo um traço categorial, mas sendo um traço sintáctico e semântico importante porque atribui a natureza de operador a um constituinte e contribui para definir relações de escopo, mesmo caracterizando só um complemento de N em SN como nas construções (11) e (12), é também par-

tilhável por N', SN, DET' e SDET. Se estiver correcta esta ideia, como SN faz parte da projecção estendida de SDET, então SDET é [+QU-] desde que em SN exista um tal traço.

Assim, o SDET *o editorial do qual*, constituinte que se desloca em (12), poderia ser analisado de acordo com o esquema seguinte (onde não se inclui a categoria funcional SNUM entre SDET e SN por não ser relevante para o tema em causa):



Mas, uma vez que o traço [+QU-] está apenas num complemento de N, nada impede que só o complemento seja deslocável por Movimento Q e o resto da construção fique *in situ*, derivando (11).

De qualquer modo, em todas as construções há condições para aplicação de movimento Q porque o traço [+QU-] em COMP é forte; opera a Ligação Relativa ou a Regra de Predicação como forma de coindexar o antecedente e o morfema relativo e estabelece-se a relação possessiva ou de todo-parte; em (20) e (21) descrevem-se simplifadamente as representações correspondentes a (11) e (12):

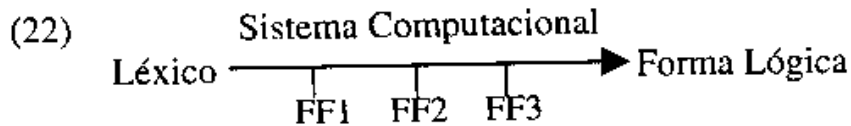
(20) [[a revista_i] [o editorial da qual_i] tu copiaste [v_j]]]

(21) [[a revista_i] [[da qual_i] ; tu copiaste [o editorial [v_j]]]]]

As três construções têm portanto realizações diferentes no nível de interface Forma Fonética, mas idêntica Forma Lógica, para a qual intervêm todos os mecanismos interpretativos descritos. Em particular, do ponto de vista das relações lexicais, a FL reconstrói, por assim dizer, a relação de todo-parte ou possessiva que caracteriza estas construções.

Um tal tratamento favorece uma concepção de forma da gramática de acordo com o Programa Minimalista, uma vez que sobre os itens lexicais e suas relações actuam os mecanismos do Sistema Computacional, permitindo obter ao nível da FF três realizações diferentes mas com uma mesma FL (Chomsky 1995):⁸

⁸ Cf. Garcia 1994, p. 96, que usa o mesmo esquema para três línguas diferentes: Italiano, Espanhol, Alemão.



3. Análise das principais formas de desvio nas relativas de genitivo ou nas relativas de *cujo* em PM

Depois de apresentarmos os mecanismos sintácticos e interpretativos mais relevantes que caracterizam as relativas de genitivo em PE, analisemos agora o que se passa com idênticas relativas no PM.

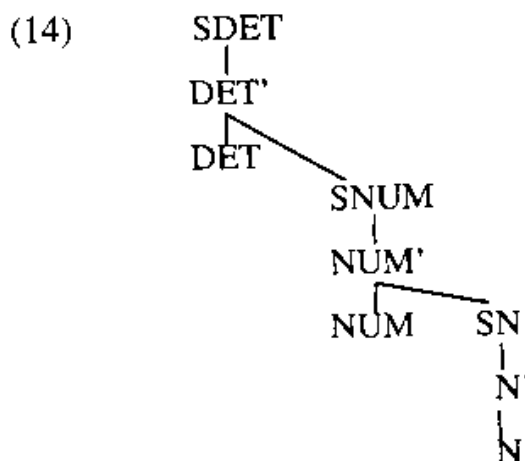
Ao procedermos a uma primeira análise dos exemplos do PM, agrupámo-los em quatro tipos.

Vamos analisar o primeiro, mais exactamente o emprego de *cujo* e *esse*, ilustrado em (2):

- (2) Uma proposta por escrito cuja essa proposta (=que) estava muito bem aca-
carada.

Em (2), não há razões de natureza lexical para uma relativa de genitivo; de facto, *cujo* não tem aqui nem valor genitivo nem possessivo; desse modo, a proposta que fizemos anteriormente segundo a qual *cujo* é projectado em SN e movido para DET dentro da categoria SDET não tem justificação, parecendo ser basicamente engendrado numa posição à esquerda da construção.

Para efeitos de concordância e de posição, a expressão nominal em (2) contém dois determinantes; o que parece acontecer é que os falantes do PM analisam mentalmente estas expressões nominais com uma estrutura sintáctica idêntica à do PE; isto é, a estrutura sintáctica do SDET envolvido é como em (14), aqui repetida:



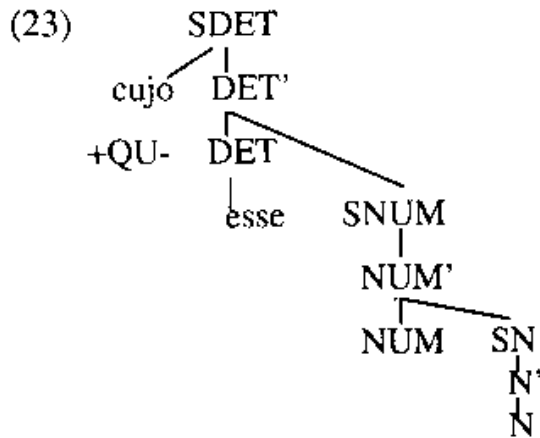
Mas, diferentemente do PE, tanto no tipo I como nos tipos II e III *cujo* é uma projecção máxima, um pronome, um pro-SN, e não um determinante. Nesse sen-

tido, a sua posição estrutural não é a de DET mas a de Esp de SDET; ocupando uma tal posição concorda em traços de género e número com DET e com o N (por concordância Esp-núcleo, comum a outras situações de partilha de traços no SDET).

Mas há diferenças fundamentais entre os tipos I, II e III.

No tipo I, *cujo* não tem valor de genitivo, como vimos; parece então que, quando produzem esta estrutura, os falantes usam *cujo* como um morfema geral de relativização, como também está a acontecer com *que* e *onde*⁹. Tendo o traço [+QU-], sendo portanto um operador e c-comandando todo o sintagma, SDET adquire o estatuto [+QU-] e, como tal, é movido para Esp de SCOMP para satisfazer um traço [+QU-] forte em COMP.

De acordo com estas propostas, o sintagma *cujo esse N* tem a estrutura (23):



Além de *cujo* ser usado como um marcador geral de relativização, no tipo I há uma redundância porque quer *cujo* quer *esse* têm valor anafórico. Desse modo, (2) lembra as relativas com pronome resumptivo do PM (estudadas por Chimbutane 1995 e 1998).

Vejam agora o que se passa com o tipo II, mais exactamente o que é caracterizado pela coexistência de *cujo* e *seu*. Olhemos para o exemplo (4):

(4) O baixo preço praticado (...) levou à desistência massiva de agricultores do sector familiar na produção do chamado *ouro branco*, cujo seu envolvimento estava já a ganhar ímpeto.

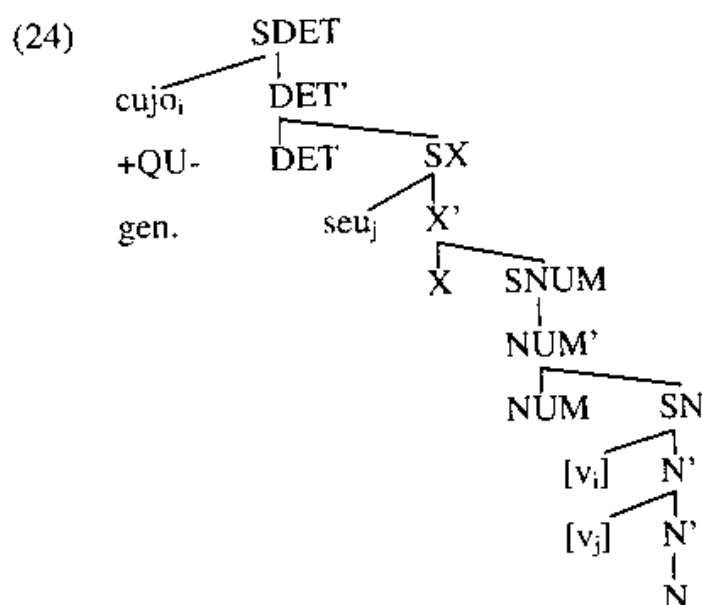
Em (4), o valor casual de genitivo e a relação semântica possessiva são dadas simultaneamente por *cujo* e *seu*; o desvio é portanto a redundância dessas duas informações e por isso a estrutura viola o Critério Temático e a Teoria do Caso (Chomsky 1981); ao usarem esta construção, parece que os falantes usam *cujo* com

⁹ Este valor de *cujo* equivalente a *que* é referido por Brucart 1999 como estando igualmente a acontecer no Espanhol do Novo México; o autor dá um exemplo recolhido num jornal: "las leys cuyas la comisión acaba de revisar." Com este valor, não quer dizer que *cujo* ocupe as mesmas posições de *que*. Refira-se também que no PM *onde* está a ter um emprego muito generalizado, sendo mesmo usado como SU e como OBJ, como notado em Diniz 1986, entre outros.

valor genitivo e possessivo mas sentem necessário reforçá-lo através de um determinante possessivo.

Mas vejamos com mais pormenor a construção. Tal como em relação ao tipo anterior, o SDET em causa obedece em geral à estrutura (14). Mas há dois constituintes com valor possessivo e genitivo. Ao nível de SN parecem ser projectados dois constituintes em posições temáticas, *cujo* e *seu* (talvez em duas posições de Esp de SN); *cujo* é projectado, não como um núcleo, como um determinante, mas como uma projecção SN, de acordo com o que já foi proposto acima.

A estrutura de um tal SDET em PM será então como se descreve em (24)¹⁰



Mais uma vez este tipo de relativa pode relacionar-se com a tendência que se sente no PM para a estratégia resumptiva. Aqui, é um possessivo de 3ª pessoa e não um pronome pessoal que é usado como uma espécie de resumptivo.¹¹

Olhando agora para os exemplos (5) e (6), que representam aquilo que foi incluído no grupo III, vemos que a estrutura do SDET envolvido é muito semelhante a (24), com a diferença de que a posição de núcleo de SDET é ocupada por artigo definido. Consequentemente, não há aqui qualquer valor anafórico redundante, sendo o morfema relativo apenas o pronome *cujo*.

Foi acima proposto que nos tipos I, II e III do PM, *cujo* é um pronome, uma projecção máxima; a forma *cujo* tem de facto variado o seu estatuto de núcleo e de projecção máxima ao longo da história da língua. É curioso verificar que no Portu-

¹⁰ Parto do pressuposto que os possessivos são Esp ou núcleos de uma projecção funcional própria mas não vou discutir aqui essa questão.

¹¹ O facto de não ter encontrado no corpus do *PPOM* nenhum exemplo com *cujo* e um pronome resumptivo *ele* ou *ela* como SU ou OD pode servir de argumento adicional a favor da hipótese de *que* ser o complementador e não um pronome relativo nas relativas com resumptivos do PM (agradeço à Ana Maria Martins esta sugestão).

guês arcaico era possível encontrar, por um lado, casos de *cujo* como pronome e não como determinante e, por outro lado, com funções sintáticas centrais e não como genitivo; veja-se os seguintes exemplos fornecidos por Epifânio da Silva Dias (p. 86):

(25) “dar o seu a cujo é”; “torna os vestidos, a cujos são...”¹²

Como último comentário em relação aos tipos I, II e III, refira-se que, do ponto de vista sociolinguístico, podem dever-se a um fenómeno de hipercorreção; de facto, as estruturas de *cujo* são difíceis mesmo para os falantes da norma europeia e usá-las, associadamente a fenómenos de redundância, parece revelar uma vontade de empregar uma forma prestigiante.

Até porque, como vimos acima, num registo mais distante da norma europeia é possível encontrar uma estrutura bem mais simples, a dos exemplos (12), que vamos agora analisar:

(12) os carros que eu conheço os nomes deles são ...

Trata-se de relativas que são de genitivo, mas que não comportam *cujo* nem nenhuma das construções correspondentes do PE mas que têm *que* e um pronome pessoal inserido num complemento.

Neste tipo de exemplos, é a retoma do antecedente sob a forma de um pronome pessoal inserido num complemento que permite obter quer o valor anafórico quer o valor de genitivo; por sua vez, a coexistência de dois nomes que estabelecem entre si uma relação possessiva ou de todo-parte origina uma interpretação idêntica à das construções anteriores.

Para justificar a relação operador-variável que caracteriza todas as relativas e na hipótese de *que* ser em (12) um complementador e não um morfema relativo, poder-se-ia propor que há um operador nulo basicamente engendrado em Esp de SCOMP e que é esse operador que dá o estatuto de pronome resumptivo, de variável a (*d*)eles.¹³ Mas não é forçoso que o carácter de variável seja dado por um operador em Esp de SCOMP; poderá ser o próprio antecedente a justificar o estatuto de variável do pronome pessoal já que ocupa uma posição não argumental em relação à oração relativa propriamente dita (como é proposto em Chomsky 1982).¹⁴

¹² Em Espanhol *cujo* foi pronome interrogativo / relativo com valor de atributo ou de predicativo do sujeito; vejam-se os seguintes exemplos de Cuervo citados em Picallo & Rigau 1999, p. 1004: “Y cuyos eran sus cuerpos sino míos?”; “cuya sea la culpa, yo no lo sé” e ainda “aquel cuya fuere la viña, guárdela” (apontado por Brucart 1999, p. 505).

¹³ Pronome resumptivo é definido normalmente como um pronome ligado por um operador (Safir 1986, p. 85). A hipótese da existência de um operador nulo em Esp de SCOMP em relativas com resumptivos era a solução adoptada na Teoria de Princípios e Parâmetros; é também essa a proposta de Alexandre 2000.

¹⁴ Chomsky 1982 argumenta a favor do estatuto de operador e de não-argumento do antecedente das

Por outro lado, não havendo movimento Q o que parece é que em casos como (12) a interpretação relativa é obtida por Predicação, coindexando directamente o antecedente e o pronome pessoal (Chomsky 1977 e 1982, Brito 1991 para o Português).

Chegados a este ponto, vale a pena investigarmos se o PM poderá estar a ser influenciado pelas línguas do grupo bantu, línguas maternas para cerca de 75% da população moçambicana.^{15 16}

Vejamus um exemplo de relativa de genitivo em Changana:¹⁷

(26) Vana lava vabava va vona va – nga – f – a nyimpini vaxaniseka.
crianças estas pais de elas conc.-rel.-morrer-m.vb. guerra estão a sofrer
as crianças cujos pais morreram na guerra estão a sofrer

Em (26), a oração subordinante é *vana vaxaniseka* (as crianças estão a sofrer), a oração relativa é *lava vabava va vona vangafa nyimpini* (cujos pais morreram na guerra); o antecedente da relativa é *vana* (crianças).

No interior da relativa temos *lava* (estas), um pronome demonstrativo que varia de acordo com a classe a que pertence o antecedente; tal demonstrativo parece ter na relativa o papel anafórico que é dado pelos pronomes relativos. A oração comporta ainda um morfema *nga* que os bantuistas designam um “marcador relativo” e que se incorpora à forma verbal.

Note-se ainda a expressão *va vona* (delas) e que marca a relação possuidor-possuído, típica das relativas de genitivo.

Vemos que nas relativas de genitivo em Changana não há morfemas de tipo *cujo*; a relação semântica possessiva ou de todo-parte é dada pela co-ocorrência de dois SNs cujos núcleos nominais têm condições lexicais para estabelecerem entre si uma relação semântica desse tipo; o antecedente é retomado quer sob a forma de

orações relativas a partir de exemplos em inglês do tipo seguinte: o artigo que eu fui para Inglaterra sem ler..., em que na oração relativa propriamente dita não há nenhum lugar vazio que corresponda ao antecedente; este só existe na oração adverbial / preposicional (ver também Brito 1991, pp. 118-121).

¹⁵ Para Gonçalves e Siteo 1998, há já alguma “influência de substracto” entre o Changana e o PM.

¹⁶ Recorde-se que as línguas do grupo bantu são línguas tipologicamente muito distantes do Português: são línguas aglutinantes (incorporantes), i. e. línguas que formam palavras altamente complexas, com diversos tipos de informações morfológicas, sintácticas e semânticas (que outras línguas estabelecem através de meios sintácticos). São línguas em que as diferentes classes de nomes (humanos, não humanos, concretos, abstractos) são marcadas por morfemas de classe, colocados no início de palavra. Sintacticamente são línguas SVO e de sujeito nulo. Do ponto de vista da relativização, as relativas colocam-se à direita do seu antecedente e exibem, associado ao verbo, um marcador relativo.

¹⁷ O Changana é uma das línguas dominantes faladas no Sul de Moçambique; o exemplo foi-me fornecido por Feliciano Chimbutane, a quem agradeço não só por este e outros exemplos ilustrativos mas também pelas observações pertinentes.

um demonstrativo quer sob a forma de um pronome pessoal integrado no complemento nominal. Será que em Changana o traço [+QU-] em COMP é fraco e por isso não há nenhum morfema QU- a iniciar a relativa? Se assim for, então é a Regra de Predicação e não a Ligação Relativa o mecanismo interpretativo responsável pela co-indexação entre antecedente e pronome pessoal na relativa.

Reparamos assim que os exemplos do tipo de (12) do PM se aproximam nalguns aspectos das relativas de genitivo em Changana: não há operador QU- a iniciar a oração e há um pronome (pessoal em PM e demonstrativo em Changana) na relativa, o qual serve para retomar o antecedente. Nos dois casos o mecanismo responsável pela interpretação das relativas deverá ser a Regra de Predicação.

Não estou com isto a afirmar que haja influência directa do Changana sobre o PM, até porque, como vimos, esta língua, como outras línguas do grupo bantu, tem um demonstrativo a iniciar a oração relativa e um marcador relativo incorporado ao verbo, mecanismos inexistentes em Português.

O que se pretende mostrar é que alguma aproximação, mesmo ténue, de estratégias de relativização em línguas tipologicamente tão diferentes mas que co-habitam deve querer dizer alguma coisa do ponto de vista do contacto entre línguas, do ponto de vista da aquisição linguística e do ponto de vista dos princípios universais da gramática.¹⁸

4. Conclusões

Da análise apresentada é possível esboçar algumas conclusões:

1 – Tanto o PE como o PM como a língua banta aqui referida são condicionadas por princípios da Gramática Universal: princípios que se relacionam com a forma e interpretação das orações relativas e as de genitivo em particular; condições sobre o movimento Q; princípios que regulam as relações de ligação e de predicação; princípios que regulam a forma das expressões nominais, nomeadamente a atribuição de Caso.

Entre os aspectos comuns a Português e Changana podem destacar-se, de forma muito informal, os seguintes:

- (27) (a) Como forma de estabelecer a relação anafórica, a construção relativa envolve a coindexação entre um pronome (relativo, demonstrativo, possessivo ou outro) presente na oração subordinada e a expressão nominal antecedente.
- (b) A interpretação possessiva ou de todo-parte em relativas surge associada à presença de genitivo e tem como condição a existência de dois nomes, um como antecedente e outro presente na oração subor-

¹⁸ Sobre a relação Changana-PM veja-se o já referido texto de Gonçalves & Siteo 1998; sobre alguns universais que caracterizam as orações relativas ver Comrie 1981.

dinada, que do ponto de vista lexical permitem o estabelecimento de uma tal relação.

2 – Neste sentido, é natural que as estruturas de relativização, genitiva ou outra, que fazem parte do conhecimento gramatical da língua materna de grande número de falantes moçambicanos, condicionem de algum modo a estrutura do mesmo tipo de construção em Português, L2 para esses falantes.

3 – A análise das relativas de genitivo no PM aqui apresentada comprova uma ideia importante dos trabalhos sobre aquisição, de acordo com a qual a gramática de uma L2 é distinta não só da da língua materna (L1) como da da língua alvo (Ellis 1987). Nestas condições, é natural que os sujeitos falantes moçambicanos que têm o Português como L2 façam mudanças e alterações mais ou menos profundas relativamente à gramática do Português, que podem chegar ao ponto de mudanças paramétricas (Lightfoot 1991).

Entre as mudanças que estão a caracterizar as relativas no PM, foi possível encontrar as seguintes:

- (28) (a) *Cujo* parece estar a ser usado quer com morfema específico de genitivo (neste caso, podendo exibir redundância com *seu* ou *o*); quer como marcador geral de relativização, sem valor de genitivo (por vezes em redundância com *este*); *cujo* é tendencialmente usado como pro-SN, como projecção máxima, mas exibindo concordância com os determinantes e com o núcleo lexical.
- (b) Alguns morfemas relativos estão a perder a qualidade de se diferenciarem de acordo com as funções sintácticas; é o que parece estar a acontecer com *que*, *onde* e também *cujo*.
- (c) A estratégia resumptiva que está a dominar a formação de relativas no PM afecta também as relativas de genitivo.
- (d) Quanto aos mecanismos interpretativos: a coindexação antecedente-expressão anafórica pode dar-se por Ligação Relativa (quando há movimento Q) mas pode também operar por Regra de Predicação (quando COMP tem o traço [+QU-] fraco e não há esse movimento em Sintaxe explícita).

Referências

- Abney, S. P. 1987 *The English Noun Phrase in its Sentential Aspect*, Ph. D. Diss. MIT.
- Alexandre, N. 2000 *A Estratégia Resumptiva em Relativas Restritivas do Português Europeu*, Diss. de Mestrado em Linguística Teórica (Sintaxe), FLUL.
- Brito, A. M. 1991 *A Sintaxe das orações relativas em Português*, INIC, Lisboa.
- Brito, A. M. 1993 "Aspects de la Syntaxe du SN en portugais et en français", *Revista da Faculdade de Letras do Porto, Série Línguas e Literaturas Modernas, II Série, Vol. X*, pp. 25-53.

- Brito, A. M. 1995 "As orações relativas restritivas nas variantes culta e oral em quatro línguas românicas, com especial incidência em Português", in *Lusorama*, nº 27, TFM, Frankfurt, pp. 70-81.
- Brucart, J. M. 1999 "La estructura del sintagma nominal: las oraciones de relativo", in Bosque, I. & Demonte, V. 1999 *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*, Vol. I, Espasa, Madrid, pp. 395-522.
- Cardinaletti, A. & Starke, M. 1994 "The typology of structural deficiency: on the three grammatical classes", in van Riemsdijk, H. (org.) *Clitics in the Languages of Europe*, vol. 8 de *Language Typology*, Mouton, Berlim.
- Chimbutane, F. S. 1995 *A estratégia de pronome resumptivo na formação de orações relativas de OD e de OBL do Português de Moçambique*, Diss. de Licenciatura, U.E.M., Faculdade de Letras, Maputo.
- Chimbutane, F. S. 1998 "As estratégias resumptiva e cortadora na formação de orações relativas do Português de Moçambique" in Gonçalves, P. (org.) 1998, pp. 111-181.
- Chomsky, N. 1977 "On wh movement" in Culicover, P., Wasow, T. & Akmajian, A. (orgs.) *Formal Syntax*, Academic Press, Nova Iorque.
- Chomsky, N. 1981 *Lectures on Government and Binding*, Foris Publications, Dordrecht.
- Chomsky, N. 1982 *Some concepts and consequences of the Theory of Government and Binding*, The MIT Press, Cambridge, Mass..
- Chomsky, N. 1995 *The Minimalist Program*, The MIT Press, Cambridge, Mass..
- Comrie, B. 1981 *Language Universals and Linguistic Typology, Syntax and Morphology*, 2ª ed., Basil Blackwell, Oxford, 1989.
- Dias, Epifânio S. *Syntaxe Histórica Portuguesa*, 5ª ed., Livraria Clássica Editora, 1970.
- Diniz, M. J. 1986 *Análise de erros na frase relativa*, Diss. de Licenciatura, U.E.M., Faculdade de Letras, Maputo.
- Ellis, R. 1987 (org.) *Second language acquisition in Context*, Prentice-Hall, N. Iorque.
- Garcia, L. F. 1994 "La estructura del SD. Consecuencias para el análisis de las cláusulas de relativo genitivo", *Cuadernos de Linguística del I. U. Ortega y Gasset*, vol. 2, pp. 83-105.
- Gonçalves, P. 1998 (org.) *Mudanças do Português em Moçambique*, Liv. Universitária, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo.
- Gonçalves, P. & Siteo, B. 1998 "Mudança linguística em situação de contacto de línguas: o caso do Changana e do Português", com. apresentada no 5º Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Maputo, 1998.
- Gonçalves, P. & Stroud, C. 1998 *Panorama do Português Oral de Maputo*, Vol. III *Estruturas Gramaticais do Português: Problemas e Exercícios*, INDE, Cadernos de Pesquisa, 27.
- Grimshaw, J. 1991 "Extended Projection", Brandeis University, ms.
- Higginbotham, J. 1985 "On Semantics", *Linguistic Inquiry*, 16, 4, pp. 547-594.
- Kayne, R. 1984 *Connectedness and Binary Branching*, Foris Publications, Dordrecht.
- Lightfoot, D. 1991 *How to set parameters: arguments from language change*, The MIT Press, Cambridge, Mass..
- Picallo, C. & Rigau, G. 1999 "El posesivo y las relaciones posesivas", in Bosque, I. & Demonte, V. 1999 *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*, Vol. I, Espasa, Madrid, pp. 973-1023.
- Ritter, E. 1990 "Evidence for number as a nominal head", com. apresentada no *Glow Colloquim*, Leiden.
- Safir, K. 1986 "Relative Clauses in a Theory of Binding and Levels" in *Linguistic Inquiry*, 17, 4, pp. 663-689.